**OS AGENTES FINANCEIROS NO CONTROLE DO CURRÍCULO ESCOLAR NA CIDADE DE MANAUS**

Edilberto Santos Moura[[1]](#footnote-1)

Arminda Rachel Botelho Mourão[[2]](#footnote-2)

**E-mail:** (e-mail: mouraedilberto11@gmail.com)

**Salão dos Egressos 2023**

**Financiamento:** (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM)

**Resumo:** O artigo tem origem nas discussões de pesquisa desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas dos resultados da Tese de Doutorado em Educação no ano de 2022. O estudo faz uma análise das agências financeiras multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) no controle da gestão educacional da SEMED/Manaus. A pesquisa articula-se com o materialismo histórico dialético. Os resultados apontaram que no contexto da educação atual impera a lógica neoliberal, inserida na gestão das escolas do ensino básico, contatando-se forte atuação de empresas privadas na rede de ensino de Manaus no controle da gestão escolar e, consequentemente, do trabalho pedagógico, através de metodologias ligadas ao setor empresarial.

**Palavras-Chave:** Gestão; Mercantilização; Currículo; Manaus.

**INTRODUÇÃO**

O artigo é o resultado da pesquisa desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas a partir da conclusão da Tese de Doutorado em Educação no ano de 2022. O estudo fez uma análise das agências financeiras multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), este último passando a ter uma atuação contundente no controle da gestão e do currículo escolar da cidade de Manaus, principalmente a partir de 2014 quando o poder público municipal de Manaus/Semed, firma contrato de empréstimo financeiro com este agente multilateral, pavimentando a hegemonia da lógica neoliberal no campo educacional, tendo como consequência a inserção de empresas privadas na condução de diretrizes das políticas educacionais, pelo viés de um modelo de gestão gerencial nos campos pedagógicos e metodológicos do fazer pedagógico dos profissionais da educação.

Esse fenômeno tem ocorrido na rede de ensino de Manaus, quando se observa a transferência das dimensões da gestão escolar, do conteúdo e do currículo à empresas privadas, com ou sem fins lucrativos, como o Instituto Ayton Sena, Instituto Áquila que passaram a controlar essas dimensões, retirando do gestor escolar e professores a capacidade de pensar os processos educativos, tornando-os apenas transmissores de informações, uma vez que o que se ensina e como se ensina nas escolas estão tutelados a estes institutos, que seguem as recomendações de agentes do capital nacional e internacional, com a preocupação de controle e tutoria em definir parâmetros e bases curriculares, determinando o que deve ou não ser ensinado na sala de aula.

Nestes termos, na primeira seção denominada de: “a influência das agencias financeiras no controle do currículo escolar”, discutimos como esses agentes interferem no processo de sistematização da educação brasileira, corroborando na configuração de um Sistema Mundial de Educação, a partir de um paradigma de padronização de ensino em escala mundial que tente unificar o currículo escolar desconsiderando as especificidades culturas, sócias e econômicas no âmbito nacional, regional e local. Na segunda seção denominada “Os efeitos do controle curricular pelos agentes do capital no campo da materialidade e campo cultural no espaço escolar a reflexão recai sobre os efeitos desse paradigma, em cuja premissa se ancora a meritocracia em que responsabiliza o sujeito pelo seu sucesso ou fracasso minimizando a desigualdade social para a desigualdade do mérito.

**A INFLUÊNCIA DAS AGENCIAS FINANCEIRAS NO CONTROLE DO CURRÍCULO ESCOLAR**

O processo de mercantilização na educação no mundo e no Brasil, não pode ser analisado e compreendido dissociado das [...] “mudanças de caráter mais geral, associadas, sobretudo, à emergência do projeto neoliberal” (SERAFIM, 2011, p, 2), que no final do século XX e início do século XXI, se estabelece em posição quase que hegemônica no mundo, constituindo-se, segundo a autora acima, em uma “nova fase do capitalismo”, que passa a exigir do Estado, principalmente os dependentes de capital estrangeiro, reformas de seus aparelhos administrativos, no que veio configurar a relação entre o setor econômico estatal e o setor econômico privado, vinculada, obviamente, às mudanças impostas pelo processo de globalização econômica que vem permeando o mundo contemporâneo.

Desta forma, o discurso do modelo de Estado não pode ser compatível com as transformações do sistema capitalista mundial se não se adequar às circunstâncias do mundo globalizado, porém com as ressalvas destacadas pela autora acima. Sendo assim, o Estado passa a sofrer duras críticas, atribuindo-lhe a responsabilidade pela crise econômica, fazendo-se mister reformá-lo e reconstruí-lo, posto antes da integração mundial dos mercados e dos sistemas produtivos, os Estados podiam ter como um de seus objetivos fundamentais proteger as respectivas economias da competição internacional. (BRESSER PEREIRA, 1996, p.1).

Nessa perspectiva, o discurso empregado pelos tecnocratas do capitalismo foi de que o Estado [...] investe demasiadamente em medidas sociais protetivas, o que impacta de forma negativa na economia de mercado (RUIZ, 2017, p.15). Neste sentido o foco recai na liberdade individual sobre os direitos coletivos, acentuado pela livre concorrência do mercado e pela defesa de redefinição da forma de organização do aparelho do Estado.

Organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sob a forte influência dos Estados Unidos da América, criaram uma série de recomendações econômicas e financeiras que serviram de base para a afirmação das políticas neoliberais, voltadas, principalmente, para a região latino-americana (DIAS, 2009), por sua relação de dependência do capital internacional. Entre as recomendações estão: abertura econômica e comercial, a aplicação da economia de mercado e o controle fiscal macroeconômico, determinaram fortemente as políticas de reformas administrativas, que no Brasil se deram ao final da década de 1980 e início da década de 1990, garantindo benefícios e concentração de renda às elites locais nos países da região.

Esta pauta é parte do diagnóstico neoliberal [...] “pactuado pela terceira via (atual socialdemocracia), de que o Estado é o culpado pela crise e o mercado deve ser o padrão de qualidade” (MENDES e PERONI, 2020, p.68).

No caso do Brasil [...] “assim como os outros países latino-americanos, ao implementar a reforma neoliberal-privatizante – intensificada a partir de 1995 – reconheceu o receituário de ajustes macroeconômicos e de reforma do Estado – em busca do Estado-mínimo – defendido pelos países centrais” (SERAFIM, 2011, p, 6), em cujas bases teóricas também se delinearam as reformas educacionais, e, consequentemente, a emolduraram do que viria a ser estabelecido nas imbricadas relações público e privado no campo da educação, em um processo de desestatização do bem público, como o ocorrido com os ramos da energia, telecomunicações, mineração e etc, pelo qual o grande capital recebeu do Estado, para exploração privada e lucrativa.

Sendo assim, as reformas refletidas nos interesses das Políticas Neoliberais, em nível mundial abarcaram todas as regiões ocidentais com economia capitalista que [...] passa a constituir um importante referente de análise, de pensamento e de ação; assiste-se a uma forte reestruturação do lugar e do papel do Estado-nação; a ideologia da globalização possui um forte impacto sobre o regional e o local, produzindo novas tensões e reconstruções sociais (AZEVEDO, 2008, p. 20).

No contexto de redefinição do papel do Estado, o campo educacional é afetado diretamente pelo controle de um Sistema Educativo Mundial (SEM) que propala uma Nova Ordem Educacional Mundial (NOEM), cujas características se assentam em modelos padronizantes e universalizantes de ensino, pautado pela [...] “lógica do mercado para o interior das políticas educacionais como reflexo de uma disputa de forças de grupos por um projeto societário distinto”(MENDES e PERONI, 2020, p.67).

Toda essa lógica, maciçamente trabalhada pelas políticas neoliberais, espraia-se para o campo educacional, interferindo, sobremaneira nas Políticas Educacionais do Brasil, principalmente a partir da década de 1990. No estado Amazonas e na cidade de Manaus, esses efeitos também se fazem presentes, observando-se que [...] “que o setor privado/empresarial tem se empenhado cada vez mais para interferir no rumo das políticas educacionais, assim como para difundir a gestão empresarial como modelo a ser seguido nas escolas públicas” (RUIZ, 2017, p.12), tendo como resultado o domínio das forças hegemônicas e, por consequência, do processo de mercantilização da educação.

A análise da mercantilização pretendida deste trabalho está dentro de um arcabouço maior, como parte constituinte de um grande “guarda-chuva” que integra ações e processos sócio-históricos em que se enquadra a privatização da educação.

A mercantilização e a privatização precisam ser observadas de forma indissociáveis nas análises em Políticas Públicas, principalmente para a região Amazônica, que historicamente sempre esteve em pauta na agenda dos interesses mercantis, decorrente da cobiça na exploração da sua riquíssima biodiversidade. A mercantilização cria as condições econômicas e ideológicas, além de formatar relações sociais que incentivam, estimulam e aprofundam os processos de privatização como parte da agenda econômica global para tais políticas.

Esse processo não ocorre de forma unificada e nem homogênea, visto que o sistema capitalista também não ocorre de forma igual, principalmente em países com economias subdesenvolvidas em que a geometria do poder se dá também em etapas, mas são em todas elas sentidas e vividas pelas camadas mais pobres que sofrem os impactos dos processos privatizantes, levando à ampliação das desigualdades sociais e a diminuição de direitos básicos, historicamente conquistados.

Na esteira dos desmontes do patrimônio público e dos direitos historicamente conquistados, veremos o aprofundamento da lógica da mercantilização da educação brasileira, em que o direito à educação, constitucionalmente garantido, é arrefeçado e tratado como serviço que é posto à venda aos que puderem comprar, em escala célere de transferência à iniciativa privada

A partir dos interesses de poderosos grupos econômicos mundiais, criou-se a “Nova Ordem Educacional Mundial” (NOEM) que passou a ditar as normativas institucionalizastes a serem seguidas por países dependentes financeiramente de capital internacional. A partir dessa dependência, os Organismos Multilaterais como Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre outros, representantes dos interesses econômicos dos países desenvolvidos, agem no delineamento das novas Políticas Educacionais, a partir de um Sistema Mundial de Ensino (SME), com determinações expressas de ajuste fiscal, a diminuição da intervenção do Estado-Nação nos processos produtivos, além da privatização de serviços e direitos que são da responsabilidade do Estado.

**OS EFEITOS DO CONTROLE CURRICULAR PELOS AGENTES DO CAPITAL NO ESPAÇO ESCOLAR**

 No campo da materialidade, os donos de escolas deixam de ser apenas aqueles donos tradicionais de uma pessoa, passando a existir grandes corporações transnacionais que estimulam a produção de insumos curriculares como: tecnologias de plataformas digitais, currículos que determinam o que e como ensinar, partindo dos interesses economicistas, por meio da produção de materiais didáticos para atender a esse fim, ampliando os retornos lucrativos e ideias de modelo de sociedade, adequados para o contexto econômico global com a consequente precarização do trabalho do professor, impactando, sobremaneira, o processo educativo e sua posição que passa a assumir dentro dessa nova ordem.

No campo da materialidade, reforça o desfinanciamento educacional, ou seja, retiram os recursos públicos da escola pública para a iniciativa privada, processando formas de terceirização das escolas, via empresas operadoras que interferem na gestão das instituições educativas, em especial nas dimensões da gestão, do currículo e do conteúdo a ser ensinados nas escolas públicas.

No campo cultural, os interesses neoliberais e ultraconservadores visam aprisionar as escolas em uma lógica concorrencial. O discurso da meritocracia torna-se importante como via modificadora da cultura escolar, pois cria nos sujeitos uma justificativa para o seu sucesso ou fracasso e com isso um deslocamento gravíssimo da minimização da desigualdade social para a desigualdade do mérito, fazendo ressurgir um novo tecnicismo, a partir das teorias do desenvolvimento ou desenvolvimentista como a teoria do Capital Humano, que segundo Frigotto (2006, p. 121), no âmbito educacional e pedagógico, [...] vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência” e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada [...] o “capital humano”. A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção.

Essa questão na visão do autor é distorcida, configurando-se como uma realidade falsa, visto que a desigualdade do mérito dissemina um discurso de que o sucesso ou o fracasso está diretamente relacionado não com a destinação social de cada sujeito, mas ao esforço empreendido por cada um, independentemente de sua condição socioeconômica. A ênfase recai, portanto, no individualismo, ou seja, as pessoas são bem-sucedidas ou não na medida em que elas individualmente se esforçam, caso isso não ocorra não podem reclamar.

A cultura da meritocracia assenta-se na lógica concorrencial, materializada por meio de processos permanentes de avaliação do sistema, da escola, do professor, do aluno em diferentes instância e campos, colocando as escolas públicas na condição de miniempresas, que associada a um modelo de gestão gerencial, regerá a produção da excelência no processo educativo, que precisa ser feita por meio da iniciativa privada, visto a retórica da lógica neoliberal é que o Estado não tem competência para gerir as políticas sociais, entre elas a educação.

Na esteira hegemônica deste pensamento, a escola passa a ser espaço de disputas intensas para a materialização do pensamento de mercantilização da educação sendo definida a partir dos processos e interesses privatizantes pautados nos seguintes pontos: i) disputas pela privatização da gestão dos sistemas educacionais e, consequentemente das escolas; ii) interferência direta na definição dos desenhos curriculares como a Base Nacional Comum Curricular(BNCC) iii) um novo nicho para a introdução de tecnologias e plataformas educacionais, com conteúdo voltados para emolduração de sujeitos adequados a um perfil consumista e produtivista para o mercado econômico global vigente, visto que [...] “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX e ENGELS, 1999, p. 11). Observamos, portanto, o sentido em querer homogeneizar tudo. Sujeitos e coisas são postos em uma mesma medida, desconsiderando-se as especificidades, as singularidades e particularidades de cada um em suas complexas relações contextuais que permeiam a sociedade contemporânea.

O Estado age como legitimador dos interesses liberais atendendo as demandas que são exigidas por grupos empresariais que representam a classe dominante. E como consequência, o bem coletivo passa a ser criminalizado, visto que o que conta é o individualismo e os interesses privados. Sendo assim, o neoliberalismo trabalha para a redução do Estado, estabelecendo uma cultura que passa a alterar e modificar o que precisa ser ensinado à sociedade.

 Isso afeta diretamente o ambiente escolar, levando em grande parte, a um tipo de escola que é obrigada a servir a essa proposta, cujas manobras são muito bem arquitetadas para inserir professores (as) e alunos (as) na lógica do mercado que é a concorrência. Entender o processo de mercantilização e privatização da educação perpassa por entender que a lógica mercantil privilegia o conhecimento da classe dominante em detrimento de outras possíveis alternativas de conhecimento que podem ser levados em conta como, por exemplo, as advindas das populações do campo, indígenas, quilombolas que passam a ser tratada com inferioridade, impedindo a mediação com a riqueza e potência da pluralidade cultural.

Por um lado, nos grupos que são cooptados para servirem como ideólogos convenientes aos interesses do modo de produção capitalista, não raras, às vezes, encontramos pessoas fazendo parte desses grupos, ao dizerem-se defensoras de pensamentos progressistas, mas acometidos de uma “esquizofrenia intelectual” ou por interesses pessoais pecuniários, fazendo a defesa dos grupos hegemônicos. Por outro lado, grupos minoritários que lutam para resistir às imposições das políticas que são postas de cima para baixo, sem a participação do coletivo nos rumos decisórios da educação.

**METODOLOGIA**

No modo de produção capitalista, o objeto é dialético e se conecta à totalidade das relações sociais que emergem no âmbito das estruturas de poder. Neste sentido, para abstrair a essência do fenômeno é preciso compreender as particularidades e singularidades desse, uma vez que a construção da pesquisa e do conhecimento não ocorre de forma isolada, sem conexão com outras partes. Com base nesse entendimento, optou-se por ancorar esta pesquisa ao método do Materialismo Histórico Dialético de Marx e Engels, visto que ele potencializa análises críticas sobre o objeto de análise apresentado. Segundo Frigotto (2010, p.77), na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto.

A totalidade, a mediação e a contradição foram usadas para analisar como a lógica do modelo de gestão empresarial no contexto da educação pública manauara vem se intensificando na última década. A categoria totalidade tornou-se de fundamental importância, visto que suas bases norteadoras permitiram, na condução da pesquisa, um olhar sistêmico e Inter relacional de todos os processos que envolvem o objeto da pesquisa, buscando a compreensão dos fatos sempre pela lente do concreto pensado. Isso fez-nos entender que a inserção de empresas privadas, interferindo no processo da gestão educacional da rede de ensino de Manaus, não é algo isolado, nem tão pouco se estabelece como uma particularidade do período em estudo. É um processo que vem paulatinamente se firmando na rede de ensino, concomitantemente, na medida que a lógica dos Modo de Produção Capitalista afirma e redefine as estruturas produtivas mundiais.

A contradição, nesta pesquisa, também perpassa pelo entendimento que a lógica do modo de produção capitalista, por mais que crie narrativas e mecanismos de aceitabilidade pacífica de hegemonia no processo de economia global, com sentidos de democracia, equidade, oportunidades de acesso aos bens de consumo, e intelectuais a todos (as). Parece ser apenas uma retórica, visto que esse modo de produção prima pela meritocracia, individualidade, negando a inclusão para parte da sociedade desfavorecida de bens econômicos.

A categoria mediação aparece na conjuntura da pesquisa como a possiblidade desse fazer referência aos fatos práticos, clareando-os, visto que não ocorrem de forma isolada ou separada. Há sempre um conjunto de fatos e/ou ações que em movimentos dinâmicos se inter-relacionam, permitindo que haja uma articulação do particular e do geral com todas as partes.

**CONSDIERAÇÕES**

A luz do que pesquisamos, inferimos que os processos pedagógicos cristalizados nas escolas de Manaus, estão ocorrendo em uma relação determinista e individualista, provocando a redução do fazer pedagógico dos profissionais da educação voltado apenas para o ensino, cujo metas quantitativas passam a ser o fim principal do processo e o excesso de avaliações padronizadas, passam a dar o tom para medir a qualidade em um completo desprestígio a pluralidade que cerca a população educacional da rede de ensino de Manaus.

Os pressupostos impostos ao processo educativo, sob a lógica da produção capitalista e da transformação da educação em mercadoria, aliado ao modelo da gestão escolar gerencial, passam a atuar como mecanismo de controle e monitoramento do fazer pedagógico na escola, interferindo no que e como ensinar com pouca prevalência para o desenvolvimento do pensamento crítico, criativo do aluno.

Percebe-se que o modelo de educação que se estabeleceu na rede de ensino da cidade de Manaus nos últimos anos, privilegia a gestão de resultado quantitativos que sob as diretrizes emanadas pelos dos organismos financeiros multilaterais interferem diretamente no controle do currículo escolar , com práticas gerencias do mundo empresarial, determinando o que a escola deve ensinar, redefinindo por meio da lógica economicista uma nova finalidade para a educação, voltada à formação de sujeitos produtivistas e em uma lógica de futuros empreendedores.

**REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, J. **Sistema educativo mundial: Ensaio sobre a regulação transnacional da educação.** Edição: Fundação Manuel Leão. Vila Nova de Gaia, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DIAS, Rafael de Brito**. A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da Análise de Política**. 2009. 237 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Edição Eletrônica: RidendoCastigat Mores, 1999. Disponivel em: [www.jahr.org](http://www.jahr.org/). Acesso: 27/03/2020.

MENDES, V. R.; PERONI, V.M.V. [**Estado, mercado e formas de privatização: a**](http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10575)[**influência dos think tanks na política educacional brasileira**](http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10575). REVISTA ESPAÇO PEDAGÓGICO.v.27, p.65–88,2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=124>. Acesso: 10/06/2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Relação público-privada: o papel da educação na construção de um projeto societário democrático**. *IN*: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de . (Org.). Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina. – 1. ed. – São Paulo: Livraria da Física, 2021.

RUIZ, Maria José Ferreira. **Decorrências da relação público-privado para a política e gestão escolar**. Relatório de Pesquisa apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SERAFIM, Milena Pavan. **O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos Eua, na Europa e na América Latina.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 241-265, jul. 2011.

1. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus (AM), Brasil – Pedagogo da Secretaria Municipal de Educação de Manaus mouraedilberto11@gmail.com - [https://orcid.org/0000-0002-9729-3377] [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil(2002) Professora da Universidade Federal do Amazonas, Brasil), Manaus (AM), Brasil; arachel@uol.com.br [https://orcid.org/0000-0002-1940-9477]. [↑](#footnote-ref-2)